

A pandemia e as ruas: protestos em Manaus Durante a Pandemia de Covid-19

Samuel Henrique Carioca de Oliveira

Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Introdução

O impacto da pandemia de COVID-19 em Manaus, embora amplamente noticiado, ainda é pouco explorado em estudos acadêmicos, especialmente no que diz respeito à atuação dos movimentos sociais e aos protestos que emergiram na cidade durante o período.

Maior metrópole da Amazônia, com uma população superior a dois milhões de habitantes, Manaus apresenta um cenário urbano complexo, marcado por graves problemas de saneamento básico, figurando há mais de uma década entre os piores índices nacionais de cobertura, além de dificuldades nas áreas de mobilidade urbana, habitação e outros serviços essenciais (IBGE, 2022; Ventura, 2023).

Quando a pandemia chegou, encontrou uma cidade vulnerável, onde mais de 50% da população vivia em domicílios considerados inadequados, os chamados aglomerados subnormais, conforme dados do IBGE (Silva, 2022; IBGE, 2019; Santos, 2020). Com taxa de ocupação formal no mercado de trabalho de apenas 23,7%, com índice de informalidade de 57,6%, bem acima da média nacional de 41,1%. Além disso, somente 62,4% dos domicílios contavam com esgotamento sanitário adequado (Silva, 2020). Manaus também se destaca como a cidade brasileira que mais atrai deslocamentos para tratamentos de saúde de baixa e média complexidade, a média de distância percorrida por pacientes chega a 418 km, muito acima da média nacional de 72 km (Pagno, 2023; Sales, 2022). Isso se deve ao fato de concentrar os investimentos em saúde no estado do Amazonas, atendendo não apenas sua população, mas também pacientes de todo estado e, em alguns casos, até de estados vizinhos como Acre e Roraima. Isto leva a uma sobrecarga da rede de saúde da cidade em cenários críticos de saúde pública, devido à cobertura de até quatro milhões de pessoas na região (Salino & Ribeiro, 2023).

Esse era o cenário da cidade quando, em 2020, Manaus se tornou um dos primeiros epicentros da pandemia de Covid-19 no Brasil. Assim como em outras partes do mundo, a pandemia escancarou problemas estruturais já existentes. O primeiro caso confirmado foi registrado em 13 de março de 2020, após a chegada de cidadãos que retornavam da Europa. Poucos dias depois, em 28 de março, a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas anunciou a transmissão comunitária do vírus na cidade (Natacha, 2020). O cenário rapidamente se agravou, culminando em uma situação caótica no mês de maio, quando Manaus registrou 15.020 casos. Dos 61 bairros da cidade, 40 apresentaram alto grau de incidência da doença (Silva, 2020; FVS, 2020).

A resposta governamental à crise foi marcada por falhas e omissões, que agravaram os efeitos da pandemia. Manaus sucumbiu diante da ausência de medidas adequadas, urgentes e



eficazes. O mundo assistiu, estupefocado, às imagens das covas coletivas, à crise do oxigênio e ao surgimento de novas variantes do vírus, elementos que expuseram a fragilidade da região amazônica, uma das mais carentes do país (BBC, 2021; Phillips, 2020).

Como resultado, Manaus tornou-se a cidade mais afetada pela pandemia no Brasil e uma das mais impactadas do mundo, chegando a registrar a impressionante taxa de 317 mortes por 100 mil habitantes, superando países como Bélgica (186), Eslovênia (177) e Reino Unido (171), que figuravam entre os com maior mortalidade por Covid-19 (Vasconcelos, 2021). A capital amazonense teve, ainda, quase o triplo da média brasileira, que foi de 113 mortes por 100 mil habitantes (Vasconcelos, 2021).

Todos esses fatores tornam Manaus um estudo de caso relevante, e ainda subexplorado no que se refere à atuação dos movimentos sociais em um contexto tão catastrófico quanto o da pandemia de Covid-19. Trata-se de uma lacuna que este estudo busca preencher.

Durante o levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, foram identificados apenas cinco estudos de caso dedicados especificamente à mobilização de grupos sociais em Manaus durante a pandemia. Dois desses estudos tratam da mobilização indígena, evidenciando a proeminência da produção acadêmica da região em torno dessa temática. O primeiro, de Cardenes e Montardo (2020), mapeia as estratégias adotadas por lideranças e associações indígenas para enfrentar a pandemia. O segundo, de Santos (2020), analisa as ações de mulheres indígenas em Manaus no combate aos impactos da Covid-19. O terceiro, de Júnior e Neves (2023), aborda a atuação de fandoms como agentes de política interativa durante a crise sanitária, com foco no engajamento do "Army" (grupo de fãs da banda BTS) em ações de solidariedade e apoio social na capital amazonense. O quarto de Monteiro e Pereira (2021), que analisa as manifestações políticas por meio de recursos visuais na Praça da Saudade durante a pandemia da covid-19. Por fim, o estudo de Pinto et al. (2021) investiga os impactos da pandemia sobre templos, terreiros e igrejas em Manaus, explorando como essas instituições religiosas adaptaram suas práticas e dinâmicas comunitárias.

Além desses casos específicos, a produção bibliográfica concentra-se majoritariamente em outras frentes: o colapso e o impacto da pandemia no sistema de saúde da cidade (Sales, 2023; Teixeira, 2022; Silva, 2022; Seabra, 2021; Sabino et al., 2021; Barbosa et al., 2020a; Esquivel, 2022); análises sociodemográficas e espaciais da disseminação do vírus (Conceição, 2023; Penha, 2020; Natacha et al., 2020; Sousa et al., 2020; Silva et al., 2020a; Silva et al., 2020b); os impactos sobre populações indígenas na região (Rodrigues, 2020; Pereira, 2023; Santos, 2020b; Pontes et al., 2020); além de estudos sobre o discurso público e a cobertura midiática durante a crise sanitária (Narzetti & Tomás, 2023; Barbosa, 2020). Esse panorama



evidencia a carência de pesquisas que abordem, de forma mais abrangente, como diferentes grupos sociais se mobilizaram e atuaram diante da pandemia em Manaus, uma lacuna que reforça a importância do presente estudo.

Cabe destacar que este trabalho integra uma agenda de pesquisa mais ampla conduzida pelo Grupo de Pesquisa sobre as Relações Sociedade e Estado (Resocie), do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, voltada à análise da participação de movimentos sociais no processo de contestação em torno da pandemia no Brasil. Os resultados e estudos dessa iniciativa podem ser consultados no repositório Mobiliza Covid-19¹.

A principal contribuição deste estudo reside na análise dos protestos relacionados à pandemia de Covid-19 em Manaus, entre março de 2020 e novembro de 2022. Busca-se compreender as manifestações que emergiram no contexto da crise sanitária, examinando sua composição, as táticas utilizadas, os alvos das reivindicações, as organizações envolvidas e a distribuição geográfica das ações na cidade que foi uma das mais afetadas do mundo pela pandemia.

A importância deste estudo é ainda reforçada devido ao fato da pandemia de Covid-19 ainda representar um campo fértil e, em certa medida, enigmático para as ciências sociais, especialmente no que tange ao estudo dos movimentos sociais. Crises sanitárias desse porte não apenas impactam a saúde pública, mas também expõem dinâmicas de poder e tensões sociais latentes. No campo da ação coletiva, a pandemia, inicialmente encarada como um possível fator de desmobilização, acabou por desencadear, paradoxalmente, uma nova onda global de ação contenciosa (Porta, 2022; Gerbaudo, 2020). Redes de solidariedade e formas de conflito emergiram tanto nos espaços físicos quanto no ambiente digital. A internet, por sua vez, consolidou-se como palco privilegiado de debates, engajamento político e mobilização social (Abers & Bülow, 2021; Vázquez & Cozachcow, 2021). Além disso, em momentos de incerteza como a pandemia, a ação coletiva se torna relevante pois surgem na esfera pública novos desafios que demandam reformulações sobre seu enfrentamento pela sociedade e o Estado (Priscila & Freire, 2025). Este estudo busca, portanto, compreender como esses processos se desenrolaram especificamente na realidade singular de Manaus.

Metodologia

¹ <https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/>.



Para atingir os objetivos propostos, utilizei a metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP), consolidada no campo dos estudos sobre movimentos sociais. A AEP consiste na construção de um banco de eventos de protestos a partir de categorias de análise pré-determinadas, seguido de sua análise quantitativa e qualitativa. Tradicionalmente, os jornais constituem a principal fonte de dados da AEP, embora a metodologia tenha passado por um processo recente de diversificação de fontes, incorporando registros policiais e dados provenientes de redes sociais digitais (Tatagiba & Galvão, 2019).

Essa abordagem permite a construção de linhas temporais, bem como a análise da evolução, do comportamento e da composição dos protestos ao longo do tempo. Para ampliar a robustez dos achados, neste trabalho a AEP foi triangulada com estudos qualitativos sobre o tema, possibilitando um maior refinamento analítico.

Apesar de ser uma metodologia robusta e amplamente utilizada nos estudos sobre ação coletiva, a AEP apresenta desafios importantes, sobretudo na etapa de construção da base de dados. A predominância de jornais como fonte de informação impõe vieses de seleção e cobertura, resultantes das linhas editoriais e dos critérios de noticiabilidade de cada veículo (Vieira, 1984; Silva et al., 2022). A cobertura jornalística tende a variar de acordo com fatores como o ator convocante, o número de participantes, a ocorrência de violência, a duração e o local do evento. Protestos que ocorrem nos picos dos ciclos de mobilização apresentam maior probabilidade de serem noticiados do que aqueles que ocorrem em períodos de baixa mobilização. Da mesma forma, manifestações regulares ou recorrentes, por conta de sua previsibilidade (Tatagiba & Galvão, 2019; Silva et al., 2022).

Adicionalmente, protestos realizados em grandes centros urbanos, especialmente nas cidades onde se localizam as sedes dos veículos jornalísticos e aqueles com maior apelo midiático tendem a receber maior cobertura, em detrimento de manifestações ocorridas em regiões periféricas ou organizadas por grupos com menor visibilidade. De modo geral, eventos com maior grau de violência, maior adesão popular e longa duração possuem mais chances de serem noticiados (Tatagiba & Galvão, 2019; Silva et al., 2022), pois rompem com a rotina e “vendem melhor” para o leitor.

Portanto, a base de dados formada por meio da coleta ativa em jornais jamais expressará a totalidade dos eventos ocorridos em determinado período (Leite, 2015; Silva et al., 2022). Ela contempla apenas os acontecimentos que rompem o filtro midiático e se tornam “notícia”, como argumentam Tatagiba e Galvão (2019). Trata-se, portanto, de uma amostragem não representativa do fenômeno analisado (Lima & Oliveira, 2021), composta por fragmentos da realidade que foram transpostos para o universo jornalístico e que, por isso, constituem uma



representação enviesada, incapaz de refletir a diversidade social em sua complexidade (Miguel, 2002; Müller, 2015).

Silva et al. (2022) também chamam atenção para os vieses de cobertura característicos das fontes jornalísticas, que frequentemente omitem ou distorcem informações de acordo com a linha editorial dos veículos. Um exemplo evidente desses vieses está na forma como certos protestos são retratados com ênfase em aspectos considerados desviantes, o que contribui para sua marginalização simbólica e deslegitimação pública. Outro viés recorrente diz respeito à apresentação dos ativistas como uma minoria isolada, com destaque para os supostos riscos ou prejuízos que as manifestações poderiam causar à população em geral. Por outro lado, os jornais de circulação local tendem a oferecer uma cobertura mais sensível às dinâmicas regionais da ação coletiva, aspecto relevante para este estudo, que se baseou predominantemente em periódicos locais na construção de sua base de dados.

Diante dessas limitações, é importante destacar que a base utilizada neste estudo resulta da consolidação de duas bases de dados pré-existentes. A primeira é a do projeto *La Protesta Pandemia*, desenvolvido pelo Instituto da Democracia e da Democratização das Comunicações (INCT), com apoio do CNPq (465535/2014-3) e da FAPEMIG (APQ 03612-17). Essa base abrange a ação coletiva contenciosa em sentido amplo, incluindo registros de manifestações convocadas por organizações de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, bem como protestos “espontâneos” organizados por coletivos ou indivíduos não institucionalizados. Engloba ações como greves, ocupações, passeatas, intervenções artísticas, depredações, escrachos contra figuras públicas, bloqueios de estradas e rebeliões. Além disso, para mitigar o impacto dos vieses cabe destacar que as notícias utilizadas para elaboração do presente trabalho foram retiradas de veículos predominantemente locais (A Crítica, Portal do Holanda, Revista Cenarium, D24 e Amazonas Atual). Nesse sentido, a ênfase na utilização de veículos de imprensa locais como fontes principais de coleta de dados busca atenuar, ainda que parcialmente, os vieses de cobertura observados na metodologia de Análise de Eventos de Protesto. Jornais locais tendem a apresentar maior sensibilidade às dinâmicas regionais e a conferir visibilidade a manifestações que, por sua escala ou localização periférica, poderiam ser ignoradas por grandes veículos nacionais.

A unidade analítica adotada é o “evento de protesto”, entendido como uma ação coletiva (envolvendo ao menos duas pessoas), iniciada por grupos da sociedade civil, de natureza extrainstitucional, ou seja, são eventos públicos que rompem a rotina e instauram, ou ameaçam instaurar, algum tipo de dano, com o propósito de sustentar reivindicações ou queixas cujo atendimento afetaria os interesses de terceiros. Estão excluídas da base ações típicas da atuação



rotineira de movimentos sociais, como formação de membros, lobby, reuniões internas ou articulações institucionais. Esta definição de evento de protesto é também adotada neste estudo.

A segunda fonte é a base de dados do *Armed Conflict Location and Event Data* (ACLED), por meio de sua iniciativa o *COVID-19 Disorder Tracker* (CDT), que durante a pandemia realizou uma coleta internacional de dados sobre violência política e protestos em jornais por todo o mundo.

As bases de dados foram tratadas e filtradas para incluir apenas os eventos relacionados a Manaus, utilizando a plataforma *Tableau Prep*, da Salesforce. Após identificar os eventos pertinentes a Manaus, elaborei uma planilha no Excel contendo todos os protestos registrados nas bases de dados, à qual acrescentei também notícias mencionadas pelos estudos utilizados na revisão de literatura deste trabalho, mas que não estavam registradas nas bases de dados utilizadas. A planilha inicial, em Excel, continha 161 eventos, 73 da base ACLED, 52 do *LaProtesta*, e 32 referenciadas em artigos. Em seguida, iniciei a consulta individual das notícias associadas a cada evento, com o objetivo de construir minha própria base de dados, excluindo eventos que não estivessem diretamente relacionados à pandemia e removendo duplicatas. No total, foram excluídos 78 eventos em que as notícias originais não foram encontradas ou que os protestos não se relacionavam diretamente a pandemia, restando para análise 83 eventos. É importante ressaltar que 12 eventos registrados na base de dados do ACLED não estavam mais com as fontes de notícias disponíveis ou acessíveis pela internet, e, por esse motivo, foram descartados da análise. Cada evento foi codificado de acordo com a data e o local em que ocorreu, de forma a evitar duplicações nas amostras. Além disso, busquei categorizar os eventos conforme as categorias de análise apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Categorias de análise utilizadas para a construção da base de dados.

Variável	Significado
Data	Data em que ocorreu o evento de protesto.
Local	Endereço, local em que ocorreu o evento de protesto.
Tema	Objetivo, demanda do protesto.
Grupo de protestos	Macro grupos de protestos durante a pandemia, eixos de conflito dos protestos, podendo ser: (i) protestos defensores de medidas sanitárias; (ii) contrário às medidas sanitárias; ou (iii) reivindicação por políticas assistenciais.
Base social	Grupo social que convoca o protesto ou que dele participa.



Organização	Organização da sociedade civil que organizou e coordenou o ato.
Tática	Formas de ação que foram deliberadamente escolhidas com o objetivo de influenciar ou coagir um ou mais oponentes (Dohert, 2013).
Grupo das táticas	Macro grupos de táticas, organizadas com base no nível de confrontação e estilo comunicativo. Que podem ser: (i) manifestações públicas, expressões organizadas e majoritariamente pacíficas, como marchas, manifestações, concentrações e encontros, cujo objetivo é ocupar o espaço público para articular demandas, promover causas ou demonstrar apoio ou oposição a determinadas pautas; (ii) performances artísticas ou simbólicas, ações marcadas por um caráter expressivo, estético e simbólico, que se utilizam de elementos visuais, corporais, sonoros ou religiosos para comunicar mensagens políticas ou sociais; (iii) performances de confrontação, referem-se a ações que incorporam elementos disruptivos e desafiadores da ordem vigente, frequentemente tensionando normas legais ou sociais. Categoria de análise criada a partir do estudo de Carlos e Pereira (2024).
Violência	Se houve violência durante o protesto, podendo ser, sim ou não
Alvo do protesto	Refere-se às instituições, grupos ou indivíduos identificados pelos manifestantes como responsáveis por resolver as insatisfações apresentadas nos protestos, como a causa dos problemas, ou como os destinatários preferenciais dos discursos e posições defendidas nas ruas, grupo ou instituição alvo do protesto;

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após esse processo, restaram 83 eventos de protesto para análise, os quais foram noticiados por sete jornais: dois de circulação nacional (G1 e Brasil de Fato) e cinco de circulação local (A Crítica, Portal do Holanda, Revista Cenarium, D24 e Amazonas Atual).

O artigo define protesto como um episódio que ocorre na mesma data de início, com continuidade temporal (sem interrupção no tempo), compartilhando um objetivo principal,



ainda que com diferentes ações, e delimitado geograficamente, ou seja, para ser considerado um evento único, é necessário que ocorra dentro do mesmo território. A unidade de análise, portanto, é o episódio de protesto em sua totalidade, e não as táticas individuais que o compõem.

O período analisado, de janeiro de 2020 a novembro de 2022, foi determinado pela disponibilidade dos dados coletados pelo projeto La Protesta Pandemia e pelo ACLED, por meio do seu COVID-19 Disorder Tracker (CDT), que realizaram os levantamentos durante esses três anos. Assim, esses anos constituem o intervalo temporal no qual os dados estavam disponíveis para análise no escopo deste estudo. Por fim, utilizei a plataforma Tableau, também da Salesforce, para gerar os gráficos utilizados na análise.

Marco teórico

Para além de seus efeitos diretos na saúde pública, crises pandêmicas funcionam como lentes de aumento que revelam e exacerbam as profundas tensões sociais, desigualdades estruturais e dinâmicas de poder preexistentes em uma sociedade. A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020 e cujo status de emergência global se estendeu até maio de 2023, representou um evento de magnitude global sem paralelo nas últimas décadas, frequentemente comparada em escala à gripe espanhola do início do século XX (Schwarcz, 2020), e evidenciou drasticamente essa realidade.

A análise dos protestos em Manaus durante a pandemia de COVID-19 não pode prescindir da compreensão do seu contexto urbano. As cidades, especialmente as grandes metrópoles em países em desenvolvimento como o Brasil, não são meros palcos neutros para a ação social; são, antes, arenas onde desigualdades estruturais, conflitos por recursos e disputas de poder são intensamente produzidos e contestados.

No contexto brasileiro, essa discussão ganha contornos diante de processos de urbanização acelerada e marcada por profundas desigualdades e segregação espacial. Estudos sobre movimentos sociais urbanos no Brasil (e.g. Almeida, 2021; Santa et al., 2024; Oliceira, 1999; Assad et al., 2015; Viana, 2015; Tatagiba et al., 2018) têm reiterado como a luta por saneamento básico, moradia digna, transporte público de qualidade e acesso a equipamentos de saúde e educação são pautas centrais que mobilizam grupos, especialmente nas periferias e áreas de alta vulnerabilidade.

Ao olhar para Manaus pela lente dessas teorias, percebe-se que a cidade já carregava um histórico de graves déficits estruturais, particularmente em saneamento básico, habitação e



fornecimento de serviços de saúde (IBGE, 2022; Ventura, 2023; Silva, 2022; Santos, 2020; Salino & Ribeiro, 2023). Essas condições preexistentes representam não apenas problemas de infraestrutura, mas também tensões sociais e privações concretas que afetam o cotidiano de grande parte da população. A pandemia de COVID-19 atuou como um catalisador e amplificador dessas vulnerabilidades. O colapso do sistema de saúde, a necessidade de isolamento em moradias precárias, a dificuldade de acesso a saneamento como medida preventiva básica, e o impacto econômico na população informal, todos elementos contextuais de Manaus, podem ser compreendidos como a exacerbação das contradições urbanas que, conforme a literatura, são terreno fértil para a emergência de conflitos e mobilizações.

Neste trabalho, entende-se movimento social a partir da definição de Diani (1992, p. 1), como "redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas". Esta perspectiva ressalta o caráter de fluxo contínuo da interação social e permite compreender a complexidade da ação coletiva, mesmo em contextos adversos, em que diferentes interesses se agregam para disputar poder, influência, significados, valores ou estilos de vida a partir de identidades compartilhadas que fundamentam o engajamento em processos contenciosos (Alonso, 2009).

No campo de estudo dos movimentos sociais, a pandemia, embora inicialmente vista como um potencial fator de desmobilização social, desencadeou, paradoxalmente, uma onda global de ação coletiva contenciosa (Porta, 2022; Gerbaudo, 2020). Nesse contexto, redes de solidariedade e formas de conflito emergiram e se manifestaram tanto nos espaços físicos quanto no ambiente digital, com a internet consolidando-se como um palco para debates, engajamento político e mobilização social (Abers & Bülow, 2021; Vázquez & Cozachcow, 2021; Mate & Mouján, 2025; Vaillant & Poma, 2025; Ramos & Braga, 2025).

No Brasil, o cenário de protestos foi complexo e protagonizado por diversos atores, desde trabalhadores que atuaram na defesa de melhores condições de trabalho até grupos ligados à direita e a extrema direita que se opuseram às políticas de isolamento social e em defesa de um golpe de Estado. (Priscila & Freire, 2025; Oliveira, 2025).

Além disso, três principais eixos de conflito têm se destacado e vêm sendo amplamente discutidos pela literatura, os quais serão explorados neste trabalho para analisar os protestos em Manaus. O primeiro é o eixo dos "protestos em defesa das medidas sanitárias", que se opôs às iniciativas negacionistas do governo, defendendo ações eficazes no combate à pandemia (Abers et al., 2021). O segundo é o eixo "contrário às medidas sanitárias", articulado pelo governo e sustentado por seus apoiadores, que apoiou as ações da gestão Bolsonaro e adotou pautas



negacionistas (Moreira & Koerner, 2021; Abers & Von Bülow, 2022). Por fim, o terceiro eixo corresponde às "reivindicações por políticas assistenciais", incluindo demandas como o programa Despejo Zero para inquilinos vulneráveis, a valorização e proteção de categorias profissionais afetadas pela crise, e o combate à fome (Vieira, 2022; Vilarins, 2023; Fonseca, 2022; Elias, 2022). Embora este último eixo seja facilmente identificável a partir desses trabalhos, ainda carece de pesquisas que avancem na compreensão dessa dinâmica de maneira mais estruturada, como ocorre com os eixos de conflito "em defesa de medidas sanitárias" e "contrário às medidas sanitárias". Isso talvez se deva à natureza complexa e plural das reivindicações por políticas assistenciais, que dificultam a realização de estudos agregados.

Ademais, a crise sanitária também impulsionou a adaptação de movimentos sociais preexistentes. Em estudo, Vieira (2022), Tavares (2025), e Nogueira et al. (2025) demonstram a adaptação dos movimentos feministas, que voltaram suas ações para o combate à fome e à violência doméstica, agravadas durante o isolamento social, e na pressão ao governo para a aprovação do auxílio emergencial para mulheres chefes de família. Enquanto Sanches et al. (2025) documentaram as inovações para a promoção da segurança alimentar na São Paulo pandêmica. Além disso, os movimentos sociais quando não recepcionados pelo executivo buscaram atuar via STF para conter violações de direitos humanos durante a pandemia (Monteiro & Souza, 2025).

Concomitantemente, novos atores e agendas políticas emergiram, como o ativismo contra o passaporte vacinal e contra o isolamento social (Baccarin, 2022; Ferreira, 2023). E nos territórios a pandemia incentivou os movimentos sociais a estabelecerem redes de cuidado e solidariedade (Santos & Oliveira, 2025; Douvan & Tureck, 2025).

Neste estudo, com a AEP conseguiremos analisar a dinâmica da contestação conforme postulado por Charles Tilly (2008). Para entender como certas formas de ação coletiva em determinado período e local evoluem ao longo do tempo e como se transformam. A AEP permite mapear quais performances (marchas, bloqueios, performances simbólicas etc.) foram empregadas pelos manifestantes em Manaus e a frequência de seu uso. Fornecendo *insights* sobre as "ferramentas" de pressão que foram utilizadas pelos grupos sociais durante a pandemia na cidade.

Adicionalmente, a organização dos eventos de protesto em uma série temporal permite a análise da dinâmica temporal da contestação, dialogando com o conceito de "ciclos de confronto" de Tarrow (2009). Embora o foco aqui não seja a identificação de um ciclo completo, a AEP possibilita observar a flutuação na intensidade, frequência e tipos de protesto ao longo do período da pandemia em Manaus (março de 2020 a novembro de 2022),

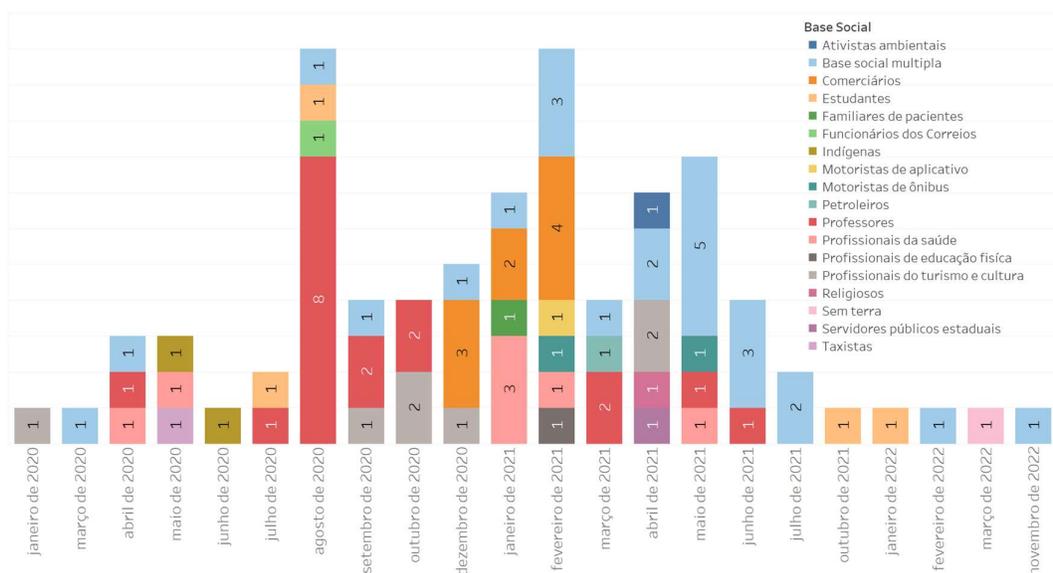


correlacionando essas mudanças com eventos contextuais importantes (picos da pandemia, medidas governamentais, colapso do sistema de saúde, entre outros).

Resultados

A presente seção apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos 83 eventos de protesto identificados em Manaus entre março de 2020 e novembro de 2022. A análise buscou mapear as manifestações que emergiram durante a pandemia de Covid-19, classificando-as com base em suas motivações, táticas utilizadas, grupos envolvidos, alvos de reivindicação e distribuição espacial. Buscamos também entender como esses eventos ocorreram ao longo do tempo. Ao longo da seção, gráficos são utilizados para ilustrar os padrões identificados, permitindo uma compreensão visual da dinâmica da ação coletiva no contexto pandêmico manauara.

Gráfico 1 – Distribuição temporal dos eventos por base social



Fonte: Elaboração própria, com base em *LaProtesta* e ACLED.

O gráfico 1 apresenta a linha temporal dos eventos de protestos registrados entre março de 2020 e novembro de 2022, e as bases sociais de cada um. A análise evidencia que o pico de protestos, registrado em agosto de 2020, foi liderado por professores da rede estadual de ensino, em oposição ao retorno das aulas presenciais decretado pelo Governo do Estado. A medida previa um retorno gradual, em formato híbrido, com ocupação máxima de 50% nas

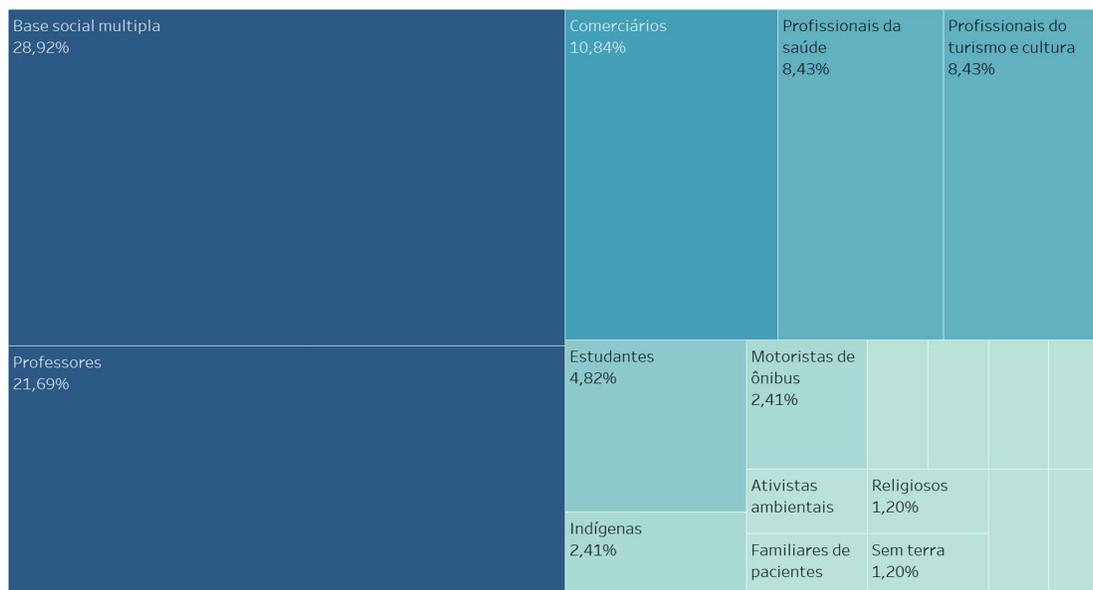


salas de aula. Na distribuição temporal dos protestos por grupo social, observa-se o predomínio das manifestações organizadas por esse segmento no referido período, totalizando oito eventos com a mesma motivação. Além disso, os professores também se constituíram um dos principais grupos manifestantes em todo o período observado conforme o gráfico 2, ou cerca de 28,92% dos eventos registrados.

Segundo os docentes, o retorno às atividades presenciais naquele momento representava um risco à saúde pública, uma vez que as medidas de segurança adotadas pelo governo eram consideradas insuficientes para garantir a proteção de alunos, professores e demais trabalhadores da educação. Alegavam, ainda, que a retomada poderia antecipar uma segunda onda de contágio, em um contexto no qual a pandemia permanecia fora de controle. Dentre as críticas, destacam-se falhas na sanitização das escolas e a ausência de testagem adequada dos profissionais da educação.

As formas de protesto empregadas foram variadas e visaram visibilidade pública e pressão institucional. Incluíram atos em frente à sede do governo estadual, a instalação de cruzes simbólicas em locais de grande circulação como a rotatória do Produtor, carreatas até a Assembleia Legislativa do Amazonas, além de manifestações em frente ao Sambódromo de Manaus e em escolas da rede pública.

Gráfico 2 – Grupo social dos protestos ao longo de todo o período



Fonte: Elaboração própria, com base em *LaProtesta* e ACLED.



Um segundo momento relevante de mobilização ocorreu em janeiro e fevereiro de 2021, durante a segunda onda da pandemia em Manaus, marcado pela insatisfação com a condução da crise sanitária. Nesses atos, reivindicava-se maior investimento em saúde, aceleração da vacinação e criticava-se a gestão da pandemia pelos governos federal e estadual. Paralelamente, também se registraram manifestações de caráter mais amplo, integradas ao contexto nacional de protestos contra o governo do então presidente Jair Bolsonaro.

Já em abril e maio de 2021, a onda de manifestações refletiu diretamente a polarização política que dominava o país. As ruas passaram a expressar a divisão entre apoiadores e opositores do governo Bolsonaro. De um lado, ocorreram atos favoráveis ao presidente, reunindo diferentes setores da sociedade, entre eles grupos religiosos cristãos que defendiam a reabertura de cultos e templos, em consonância com o discurso presidencial contrário às medidas de isolamento social. Essa tendência se fortaleceu em maio, quando diversas carreatas e manifestações não apenas demonstraram apoio explícito a Bolsonaro, mas também reivindicaram o fim das restrições ao comércio e a outras atividades econômicas. Esses movimentos canalizavam o descontentamento de parte da população com os efeitos econômicos da pandemia e respaldavam a postura do governo federal.

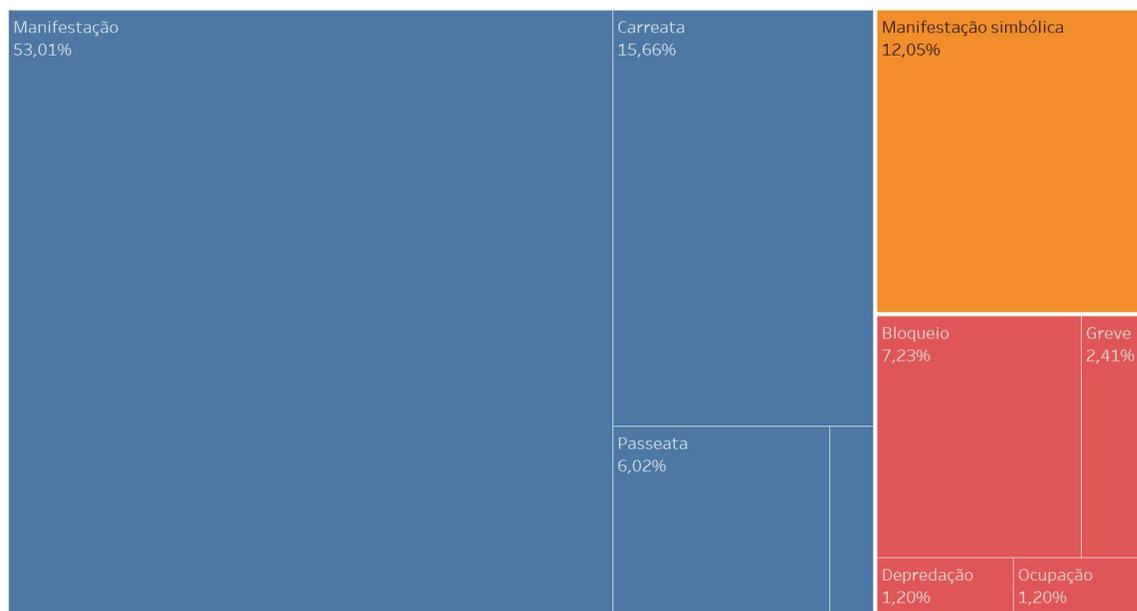
Em oposição, as ruas também foram ocupadas por críticos ao governo. As principais pautas eram a denúncia da má gestão da crise sanitária, o elevado número de mortes por COVID-19, a lentidão na compra de vacinas e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses atos representavam a indignação com as políticas federais e cobravam maior responsabilidade e ação do governo.

O gráfico 2 também revela que, para além dos professores, outros grupos se destacaram na dinâmica dos protestos em Manaus, como os profissionais da saúde, os profissionais do turismo e da cultura, os comerciários e os estudantes, que juntos correspondem por mais da metade dos protestos registrados. Os comerciários protestaram contra o fechamento dos comércios. A maior parte dos atos registrados foi uma reação direta aos decretos governamentais que impunham restrições ao funcionamento de suas atividades como medida de combate à pandemia. Os profissionais da saúde atuaram pedindo melhores condições de trabalho, equipamentos de proteção (EPIs), reajustes salariais e vacinação dos profissionais, além do piso nacional para a enfermagem em maio de 2021. Os profissionais do turismo e da cultura por outro lado, atuaram pela reabertura das atividades do turismo e cultura. Enquanto os estudantes atuaram no primeiro ano contra a retomada das aulas presenciais, preocupados com o risco de contágio pela COVID-19, e em 2021 e 2022 pela volta das aulas presenciais nas universidades.



Contudo, a presença mais discreta de outros grupos sociais, como os povos indígenas, motoristas de ônibus e funcionários dos correios nos dados não deve ser interpretada necessariamente como uma ausência de mobilização. Pelo contrário, essa sub-representação pode apontar para as limitações da cobertura midiática e para a diversidade de estratégias de resistência que não se convertem necessariamente em manchetes de jornais.

Gráfico 3 – Tipos de protesto ao longo de todo o período



Fonte: Elaboração própria, com base em *LaProtesta* e ACLED.

O caso dos povos indígenas é o exemplo mais emblemático dessa dinâmica de invisibilização da cobertura midiática. Embora a planilha registre poucas manifestações, existe hoje uma ampla literatura documentando as inúmeras estratégias de resistência e solidariedade adotadas por eles durante a crise sanitária em Manaus. Suas ações extrapolaram os formatos tradicionais de protesto, englobando iniciativas de assistência direta e organização comunitária. Destacam-se campanhas de arrecadação de alimentos e materiais de higiene, a criação de canais de denúncia para expor desigualdades sociais e omissões do Estado nas comunidades, bem como o resgate e a aplicação de saberes tradicionais e práticas de medicina ancestral no cuidado aos doentes. Além disso, foram mobilizadas estruturas internas para elaboração de protocolos sanitários próprios e organização de atendimentos iniciais realizados diretamente nas comunidades (Cardenas & Montardo, 2020; Santos, 2020; Pereira, 2023; Rodrigues, 2020).

O Gráfico 3 revela que as táticas de protesto predominantes nos eventos noticiados foram as manifestações, as carreatas e as ações simbólicas. Essas formas de mobilização

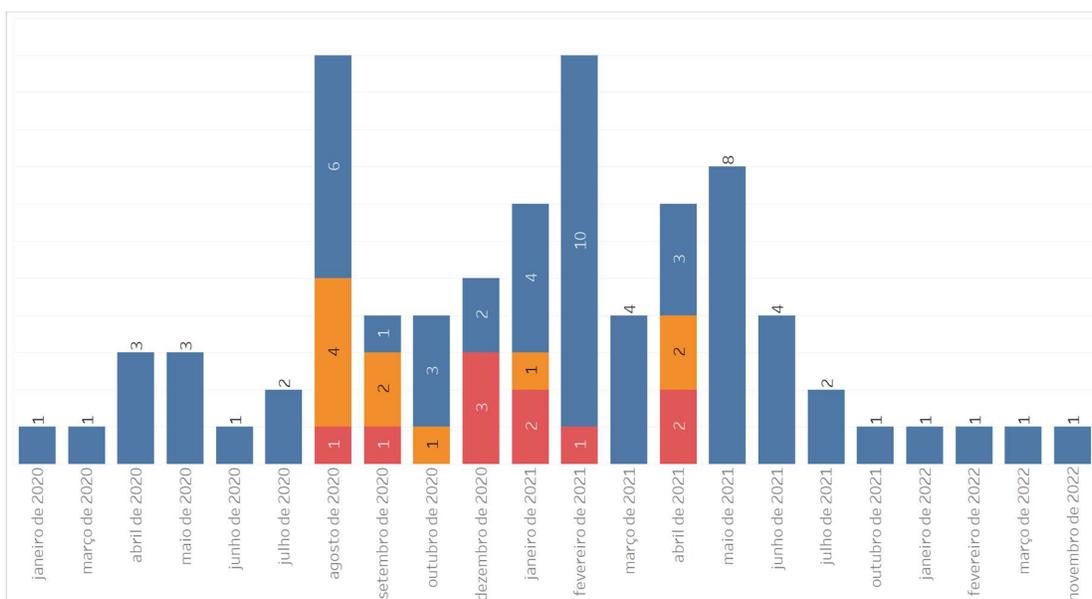


pertencem majoritariamente aos grupos de manifestações públicas (representadas em azul) e manifestações simbólicas (representadas em laranja), que, somadas, correspondem a 88% dos eventos registrados. Em contraste, as performances de confrontação (representadas em vermelho), que incluem bloqueios, ocupações, greves e atos de depredação, representaram apenas 12% do total de protestos. Esses dados indicam uma preferência por estratégias de visibilidade pública e expressividade simbólica, em detrimento de táticas mais disruptivas ou diretamente confrontacionais.

Táticas mais disruptivas e confrontacionais emergiram em momentos específicos do período analisado, conforme ilustra o Gráfico 4. Em dezembro de 2020 por exemplo, quando o governo do Amazonas decretou o fechamento do comércio por 15 dias a partir de 26 de dezembro, em resposta ao aumento de casos e internações por Covid-19 em Manaus (G1, 2020a). Manifestações públicas são representadas em azul; manifestações simbólicas, são representadas em laranja; e performances de confrontação, são representadas em vermelho.

A medida gerou protestos imediatos de comerciantes e empresários, que pressionaram o governo pela sua anulação. O setor argumentou que a decisão foi inesperada e prejudicial, especialmente por ter se preparado para as vendas de fim de ano após um fechamento anterior de quatro meses. Atribuíram o agravamento da pandemia a aglomerações durante o período eleitoral e a festas clandestinas, e não à atividade comercial.

Gráfico 4 – Linha do tempo por tipo de grupo de tática de protesto



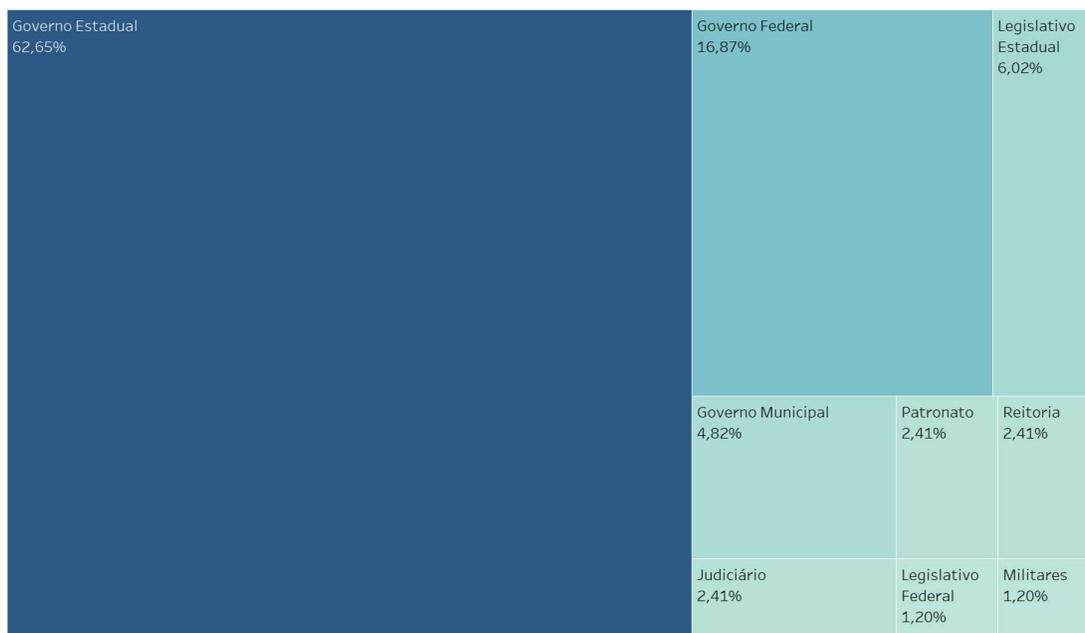
Fonte: Elaboração própria, com base em *LaProtesta* e ACLED.



A tensão culminou em 26 de dezembro com manifestações no centro de Manaus, que incluíram ameaças de incêndio à residência do governador e um protesto em frente a um grupo de comunicação onde o governador Wilson Lima trabalhava, com queima de entulhos. Pressionado, o governador revogou o decreto após uma reunião com representantes do comércio. Em contrapartida, o setor empresarial se comprometeu a reforçar os cuidados sanitários, auxiliar na fiscalização do cumprimento das medidas de segurança, a ceder estruturas como caminhões para recolhimento de equipamentos que fossem apreendidos em eventos e festas clandestinas, e a veicular campanhas de conscientização em emissoras de TV locais (G1, 2020b).

A consequência direta do não fechamento no período foi a deflagração de uma segunda onda pandêmica em Manaus, em janeiro de 2021, com uma gravidade superior à da primeira. A crise sanitária na cidade obteve repercussão nacional e internacional, principalmente em função do colapso no fornecimento de oxigênio. A escassez do insumo levou à morte de pacientes por asfixia nos corredores dos hospitais (Schmidt, 2020).

Gráfico 5 – Alvos dos protestos



Fonte: Elaboração própria, com base em *LaProtesta* e ACLED.

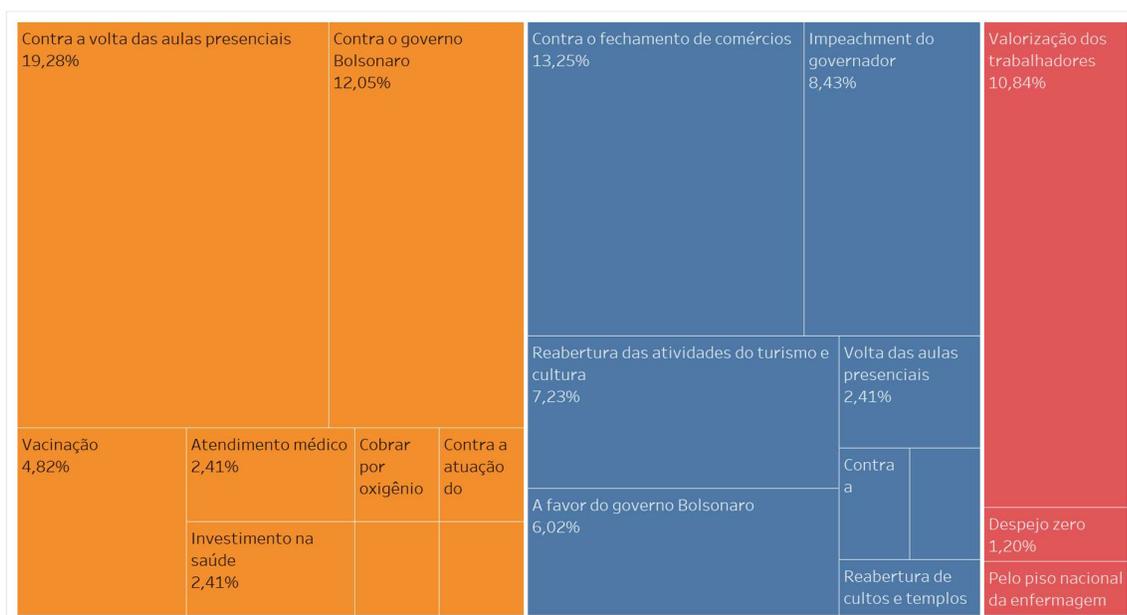
A análise dos dados, conforme o Gráfico 5, revela que os protestos noticiados se direcionaram majoritariamente contra os governos locais. Cerca de 73,5% das manifestações foram direcionadas ao governo estadual, legislativo estadual e governo municipal. As pautas



incluíam pedidos de melhores condições de trabalho por profissionais da saúde e educação, a reabertura de atividades econômicas por trabalhadores e empresários, e o impeachment do governador.

Em contrapartida, apenas 18,1% dos protestos tiveram como alvo o legislativo e o executivo federal. As manifestações restantes foram direcionadas ao Judiciário, com pedidos para prorrogar a suspensão de despejos e para a reabertura de templos religiosos, e aos militares, com a solicitação de uma intervenção federal.

Gráfico 6 – Objetivo dos protestos



Fonte: Elaboração própria, com base em *LaProtesta* e ACLED.

Se destacaram três principais eixos de conflito, que se alinham às descobertas de outras pesquisas: um eixo de “protestos defensores das medidas sanitárias”, que contestou as iniciativas negacionistas do governo, defendendo medidas eficazes no combate à pandemia (Abers et al., 2021); um eixo “contrário às medidas sanitárias” articulado pelo governo e sustentado por seus apoiadores, que defendeu as ações do governo Bolsonaro e adotou pautas negacionistas (Moreira & Koerner, 2021; Abers & Von Bülow, 2022); e um terceiro eixo de “reivindicação por políticas assistenciais”, como o programa "Despejo Zero" para moradores de aluguel, valorização e proteção profissional de categorias afetadas pela crise, além do combate à fome (Vieira, 2022; Vilarins, 2023; Fonseca, 2022; Elias, 2022).

Com base nesses eixos de conflito, os protestos da base de dados foram classificados de acordo com seus objetivos e enquadramento dentro desses grupos. No total foram 38 protestos



defendendo medidas sanitárias (laranja), ou 46%, 11 reivindicando políticas assistenciais (vermelho), ou 14%, e 34 contrários às medidas sanitárias (azul), ou 40%, conforme pode ser visto no gráfico 6.

O comportamento e o discurso em relação às medidas sanitárias interagiram com as ideologias políticas, adicionando novas clivagens à sociedade. Assim, a posição política tornou-se um fator determinante na forma como os indivíduos reagiram às autoridades e às políticas de combate à pandemia, tornando-se outro lado da mesma moeda (Abers & Von Bülow, 2022; Ramos et al., 2022).

Esse fenômeno não se restringiu ao Brasil. Nos Estados Unidos, republicanos ideologicamente conservadores e apoiadores de Trump tiveram maior tendência a acreditar na eficácia de vitaminas para prevenir a COVID-19 e menor adesão ao isolamento social do que liberais políticos. Além disso, aqueles que se identificavam como conservadores estavam mais propensos a sair de casa para trabalhar, mesmo diante do risco de contaminação (Shepherd et al., 2020). De modo semelhante, na Áustria, indivíduos de esquerda demonstraram maior adesão às medidas sanitárias, enquanto aqueles de direita foram mais resistentes a essas normas (Dochow-Sondershaus, 2022).

Ou seja, crenças e práticas de saúde foram incorporadas às visões políticas e desenvolvidas em conexão com elas, funcionando como lentes através das quais os indivíduos guiaram suas ações durante a pandemia. Essas orientações influenciaram a maneira como as pessoas processaram informações (Kahan, 2013) e perceberam riscos (Kahan et al., 2010), de acordo com sua filiação a grupos culturais ou ideológicos.

Nesse contexto, as visões de mundo moldaram a percepção das ameaças representadas pela pandemia e das estratégias consideradas mais eficazes para combatê-la (Dochow-Sondershaus, 2022). Como argumenta Swidler (1986), em períodos de transformação social e incerteza, como o da pandemia, "modelos culturais explicitamente articulados, como as ideologias, desempenham um papel essencial na organização da vida social". Dessa forma, as orientações políticas foram centrais para estruturar as respostas da sociedade à crise sanitária e se articularam em torno desses três grandes grupos.

O Gráfico 7 ilustra a evolução temporal dos diferentes eixos discursivos dos protestos. Em cinza, os atos por políticas assistenciais; em laranja, os favoráveis às medidas restritivas; e em azul, os contrários a elas.

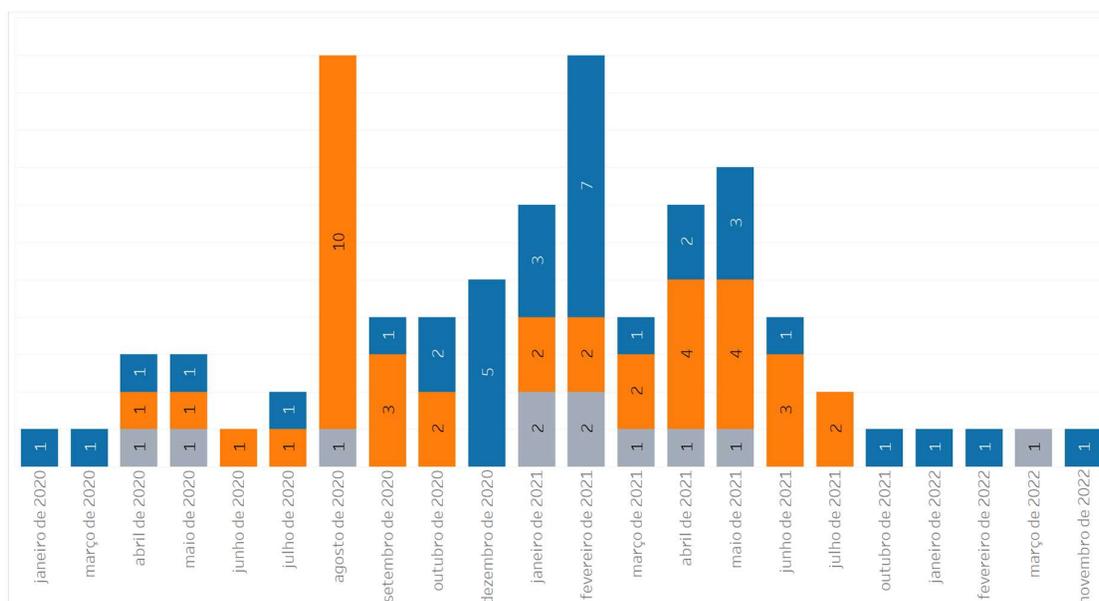
No início da pandemia, em abril e maio de 2020, observa-se um equilíbrio nas manifestações de grupos favoráveis, contrários às restrições e em favor de políticas assistenciais. Posteriormente, os protestos em defesa das medidas sanitárias atingiram um pico



em agosto de 2020. Já as mobilizações contrárias tiveram seus ápices em dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

A partir de março de 2021, os atos contrários às medidas perdem força, enquanto os protestos favoráveis às restrições se tornam predominantes até julho do mesmo ano. As manifestações contrárias só voltariam a ocorrer de forma isolada a partir de outubro de 2021.

Gráfico 7 – Eixos discursivos de protestos ao longo do tempo



Fonte: Elaboração própria, com base em *LaProtesta* e ACLED.

Considerações finais

A análise dos protestos ocorridos em Manaus durante a pandemia de Covid-19 revela a complexidade e pluralidade das manifestações sociais em contextos de crise. Longe de representar um período de inatividade política, a pandemia se demonstrou uma catalisadora de mobilizações diversas, expondo clivagens ideológicas, desigualdades estruturais existentes e anteriormente sombreadas.

Os dados obtidos evidenciam que, mesmo diante de severas restrições e de uma conjuntura adversa, as ruas em Manaus foram palco de protestos organizados para contestar decisões governamentais, demandar direitos e expressar solidariedade. Três principais eixos de conflito emergiram com nitidez: protestos em defesa das medidas sanitárias, contrários às mesmas e aqueles centrados em políticas assistenciais. Essa classificação não apenas ilustra a polarização política que marcou o período, mas também a diversidade de agendas que ocuparam o espaço público no período.



Além disso, a descoberta desses eixos de conflito, apontados de forma incipiente pela literatura e enfocados por este trabalho, revela a necessidade de mais pesquisas sobre o tema de modo a verificar sua repercussão em outros casos e campos, como as redes sociais, mídia entre outros pois ao influenciar comportamentos coletivos e decisões públicas, essas narrativas atuam como forças estruturantes do conflito social.

A predominância de táticas pacíficas e simbólicas indica uma aposta estratégica em formas de visibilidade, embora momentos de maior tensão tenham gerado performances mais confrontacionais. Além disso, a centralidade das categorias profissionais da saúde e da educação nas mobilizações reforça o papel desses setores na articulação da resistência frente às omissões do poder público.

A limitação da cobertura midiática, especialmente em relação a grupos indígenas e periféricos, alerta para a necessidade de abordagens metodológicas complementares que captem formas de resistência que escapam ao filtro da noticiabilidade tradicional. Ainda assim, os resultados apresentados neste estudo contribuem significativamente para preencher lacunas na literatura sobre ação coletiva em contextos de emergência e demonstram como Manaus se configurou como um importante palco de disputas políticas e sociais durante a pandemia.

Por fim, este trabalho reforça a relevância da Análise de Eventos de Protesto (AEP) como ferramenta metodológica para compreender os contornos e dinâmicas da mobilização social em situações extremas. Ao iluminar as práticas de contestação no contexto manauara, a pesquisa contribui para o aprofundamento do debate sobre os impactos sociais da pandemia e o papel dos movimentos sociais na defesa de direitos em tempos de crise.

Referências Bibliográficas

ABERS, R. N.; BÜLOW, M. von. Denialism and populism: Two sides of a coin in Jair Bolsonaro's Brazil. *Government and Opposition*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/gov.2022.21>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ABERS, R. N., & BÜLOW, M. von. Solidarity during the pandemic in Brazil: Creative recombinations in social movement frames and repertoires. In M. Fernandez, & C. Machado (Orgs.), *COVID-19's political challenges in Latin America: Latin American societies* (pp. 87-101). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-77602-2_7. 2021.



ABERS, R. N.; ROSSI, F. M.; BÜLOW, M. von. State-society relations in uncertain times: Social movements strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, v. 42, n. 3, p. 333–349, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192512121993713>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ABERS, Rebecca N.; BÜLOW, Michelle von. Solidarity during the pandemic in Brazil: Creative recombinations in social movement frames and repertoires. In: FERNANDEZ, Mariana; MACHADO, Carlos (Orgs.). *COVID-19's political challenges in Latin America: Latin American societies*. Cham: Springer, 2021. p. 87–101. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-77602-2_7. Acesso em: 18 abr. 2025.

ALMEIDA, Eduardo Romero; CARVALHO, Maria Olívia Buzato; ANDRÉ, Leandro Correa; MATOS, Bianca. AS FAVELAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO NO BAIRRO SANTA FÉ - HORTA (LONDRINA/PR). *Geographia Opportuno Tempore*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 98–121, 2021. DOI: 10.5433/got.2020.v6.43145. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/43145>. Acesso em: 14 maio. 2025.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 76, p. 49–86, 2009.

ASSAD, Kader Carvalho; QUEIRÓZ, Imar Domingos. Movimentos sociais pelo transporte coletivo no Brasil manifestações, estratégias de luta e desafios. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 05–23, 2015. DOI: 10.5433/1679-4842.2015v18n1p05. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23756>. Acesso em: 14 maio. 2025.

BACCARIN, M. O ativismo contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil: entre repertórios digitais e protestos presenciais. Relatório de Pesquisa 09 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília. <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. 2022.



BARBOSA, Cristiane de Lima. Jornalismo científico em tempos de pandemia na Amazônia: um estudo sobre o Portal A Crítica. *Jornalismo científico em tempos de pandemia na Amazônia: um estudo sobre o Portal A Crítica*, p. 15, 10 dez. 2020.

BARBOSA, D. E. S. et al. Boletim Atlas ODS Amazonas V.2 N.11 - Especial COVID-19. 15 jun. 2020.

BBC. Covid-19: Brazil hospitals 'run out of oxygen' for virus patients. *BBC News*, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-55670318>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CARDENES, L.; MONTARDO, D. L. Sobre Cocares e Máscaras: estratégias das Lideranças Indígenas em Manaus no Enfrentamento à Covid-19. *Revista TOMO*, n. 38, p. 75–118, 22 dez. 2020.

CARLOS, E.; PEREIRA, M. M.. “Descomemorando” o desastre no Rio Doce: táticas, performances e enquadramentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 43, p. e273900, 2024.

CONCEIÇÃO, O. S. Aspectos sociodemográficos e espaciais da COVID-19 no Estado do Amazonas no período de 2020 a 2021. 2023.

DIANI, M. 1992. “The concept of social movement”. *The Sociological Review*, vol. 40, no 1.

DOCHOW-SONDERSHAUS, S. Ideological polarization during a pandemic: Tracking the alignment of attitudes toward COVID containment policies and left-right self-identification. *Frontiers in Sociology*, v. 7, p. 958672, 28 out. 2022.

DOHERTY, Brian. Tactics. In: SNOW, David A. et al. (orgs.). *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.

DOUVAN, A.; TURECK, F. Movimentos sociais e o cuidado em saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: Uma revisão de escopo. *Cadernos Gestão Pública e*



Cidadania, São Paulo, v. 30, p. e91847, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.91847. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/91847>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ELIAS, G. S. A Campanha Despejo Zero em interações com o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Relatório de Pesquisa 08, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-dorepositorio/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ESQUIVEL, N. N. V. S. COVID-19 no município de Manaus: perfil dos óbitos no período de março de 2020 a junho de 2021. 2022.

FERREIRA, J. V. B. Ativismo pandêmico em três atos: etnografia do movimento opositor ao lockdown no Distrito Federal. In R. N. Abers, D. R. de Almeida, & M. von Bülow (Orgs.), A disputa pela democracia no Brasil: Ativismos em contextos turbulentos (1ª ed., pp. 273-302). Editora UZOK. 2023.

FONSECA, M. de S. A atuação da Central Única das Favelas na pandemia de COVID-19 e o aprendizado da ação em situações de emergência. Relatório de Pesquisa 10 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FVS. Painel COVID-19 Amazonas – 13/06/2020. 2020. Disponível em: <http://www.saude.am.gov.br/painel/corona/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GERBAUDO, Paolo. The pandemic crowd. *Journal of International Affairs*, v. 73, n. 2, p. 61–76, 2020.

GONZÁLEZ VAILLANT, G.; PAGE POMA, F. R. Das ruas para a virtualidade? Protestos na Argentina e no Uruguai em tempos de COVID-19. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e91920, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.91920. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/91920>. Acesso em: 23 jun. 2025.



G1. Quatro meses após flexibilização, Amazonas volta a adotar restrições contra Covid-19; veja o que fica proibido. 25 set. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/09/25/quatro-meses-apos-flexibilizacao-amazonas-volta-a-adotar-restricoes-contra-covid-19-veja-o-que-fica-proibido.ghtml>. Acesso em: 5 jul. 2025.

G1. *Após protestos, Governo do AM decide autorizar reabertura do comércio a partir de segunda (28).* 27 dez. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/12/27/apos-protestos-governo-do-am-decide-autorizar-reabertura-do-comercio-a-partir-de-segunda-28.ghtml>. Acesso em: 5 jul. 2025.

IBGE. Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. Nota Técnica 01/2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (mimeo).

IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 18 abr. 2025.

JÚNIOR, M.; NEVES, H. A atuação de fandoms como atores de política internacional: o caso brasileiro da Army Help Manaus. 23 nov. 2023.

KAHAN, D. M. et al. Who fears the HPV vaccine, who doesn't, and why? An experimental study of the mechanisms of cultural cognition. *Law and Human Behavior*, v. 34, n. 6, p. 501–516, 2010.

KAHAN, D. M. Ideology, motivated reasoning, and cognitive reflection. *Judgment & Decision Making*, v. 8, n. 4, p. 407–424, 2013.

LEITE, C. H. F. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Escritas, Sergipe*, v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015.

LIMA, E. B. Jr.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, A. C. O. dos; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo*, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em:



<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MATE, E.; MOUJÁN, L. F. A manifestação sem as ruas? Formatos de protesto e a relação com as restrições à circulação na Argentina (2020). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e92183, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92183. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92183>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 55-56, p. 155–184, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MONTEIRO, E. P.; PEREIRA, S. M. Para além das máscaras: uma etnografia visual das manifestações políticas na Praça da Saudade em Manaus durante a pandemia da covid-19. *Wamon - Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM*, v. 6, n. 2, p. 109–118, 2021.

MONTEIRO, L.; TEIXEIRA MARQUES DE SOUZA, V. Defesa de direitos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: as redes de organizações que mobilizaram o Supremo Tribunal Federal. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e92187, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92187. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92187>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MOREIRA, T. F. O.; KOERNER, A. Vai uma cloroquina aí? A mobilização de enquadramentos sobre a cura da Covid-19. *Plural*, v. 28, n. 2, p. 294–312, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcsoc.2021.175981>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MÜLLER, A. M. O jornal como fonte de pesquisa histórica e antropológica: entre o monologismo e a polifonia. *Biblos*, Coimbra, v. 1, p. 269-286, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-1_11. Acesso em: 19 abr. 2025.

NARZETTI, C.; TOMÁS, L. M. N. AS MANIFESTAÇÕES CONTRA O GOVERNADOR WILSON LIMA: DISCURSOS SOBRE A PANDEMIA EM MANAUS. *Revista Linguagem*, v. 40, n. 1, p. 39–66, 2021.



NATACHA, C. R. A. et al. Vulnerabilidade social e Covid-19 na cidade de Manaus-AM: notas técnicas sobre a COVID-19. Manaus: SEDECTI, 20 maio 2020.

NOGUEIRA, T.; BRAVO CRUZ, F. N.; AURELIANO, A. C. Enfrentamento à violência contra mulheres: Estratégias feministas na crise sanitária e política. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e92169, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92169. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92169>. Acesso em: 23 jun. 2025.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. Movimentos sociais urbanos: um breve histórico. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 6, 1999. Disponível em: 1. Acesso em: 14 maio 2025.

OLIVEIRA, Samuel Henrique Carioca de. Ruas divididas? Protestos sobre medidas restritivas no Brasil pandêmico. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e91525, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.91525. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/91525>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PAGNO, Marina. *Ambulancioterapia revela 'buracos' na assistência médica do SUS; vai e vem de pacientes provoca 4 milhões de deslocamentos no país*. G1, 21 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/05/21/ambulancioterapia-revela-buracos-na-assistencia-medica-do-sus-vai-e-vem-de-pacientes-provoca-4-milhoes-de-deslocamentos-no-pais.ghtml>. Acesso em: 1 set. 2025.

PENHA, L. M. A PANDEMIA EM MANAUS: desafios de uma cidade na Amazônia. *Ensaios de Geografia*, v. 5, n. 9, p. 118–123, 29 maio 2020.

PEREIRA, G. C. C. Os impactos da Pandemia de COVID-19 nas populações indígenas da Amazônia Revisão Integrativa de Literatura. 29 mar. 2023.

PHILLIPS, T. 'Utter disaster': Manaus fills mass graves as Covid-19 hits the Amazon. *The Guardian*, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/apr/30/brazil-manaus-coronavirus-mass-graves>. Acesso em: 10 mar. 2025.



PRISCILA DELGADO DE CARVALHO; FREIRE DA SILVA JÚNIOR, M. A. Trabalhadores, direita, vítimas da violência e da Covid-19: Quem protestou durante a pandemia no Brasil?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e92178, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92178. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92178>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PONTES, G. S. et al. Increased vulnerability to SARS-CoV-2 infection among indigenous people living in the urban area of Manaus. *Scientific Reports*, v. 11, 2021.

PORTA, Donatella della. Contentious politics in emergency critical junctures: Progressive social movements during the pandemic. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781009025638>. Acesso em: 18 abr. 2025.

RAMOS, G. et al. Political orientation and support for social distancing during the COVID-19 pandemic: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 697–713, ago. 2020.

RAMOS, R.; BRAGA, S. S. “I can’t breathe”: Uma análise do fluxo da hashtag #BlackLivesMatter no Twitter brasileiro e norteamericano. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e91992, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.91992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/91992>. Acesso em: 23 jun. 2025.

RODRIGUES, C. DE S. SER INDÍGENA NA CIDADE: PANDEMIA DO COVID-19 E A NEGAÇÃO DE DIREITOS A POVOS INDÍGENAS EM MANAUS. Em: *Pandemia e Território*. São Luís/MA: Otávio Velho, 2020. v. 1p. 1240.

RODRIGUES SANCHEZ, B.; FONTES, L.; BRAGE, E.; DOMINGUES, I. Inovações sociais e segurança alimentar em São Paulo em tempos de Covid-19. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e92176, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92176. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92176>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SABINO, E. C. et al. Resurgence of COVID-19 in Manaus, Brazil, despite high seroprevalence. *The Lancet*, v. 397, n. 10273, p. 452–455, 6 fev. 2021.



SALES, R. A. DE. Aspectos do direito à saúde em Manaus durante a pandemia de Covid-19: uma análise do dano ao projeto de vida à luz da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, do Protocolo de San Salvador e dos standards jurisprudenciais interamericanos. 27 nov. 2023.

SALINO, A. V.; RIBEIRO, G. M. DE A. Análise da oferta de hospitais e leitos hospitalares no estado do Amazonas ante a pandemia da Covid-19. Saúde em Debate, v. 47, p. 200–214, 14 abr. 2023.

SANTANA, ROSIMEIRY SOUZA; FERNANDES, ROSILDA COSTA; CASTRO, Ricardo Alexandre. MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES URBANOS NO BRASIL: lutas, conquistas e contribuições. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, [S. l.], v. 1, p. 5373–5391, 2024. Disponível em: <http://anais2.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/2244>. Acesso em: 14 maio. 2025.

SANTOS, F. V. dos. Mulheres indígenas contra o vírus: notas antropológicas sobre políticas públicas de saúde e os impactos da Covid-19 entre os povos indígenas em contexto urbano em Manaus, Brasil. Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 27, 28 dez. 2020.

SANTOS, G. S. DOS. ASPECTOS DA “INVISIBILIDADE” NO DISCURSO DOS INDÍGENAS EM MANAUS: A LUTA PELO RECONHECIMENTO EM TEMPO DE PANDEMIA. Em: Pandemia e Território. São Luís/MA: Otávio Velho, 2020. v. 1p. 1240.

SANTOS, J. V.; JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA, W. Ativismos na pandemia e sentidos da doação: Filantropia, civismo e cidadania. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 30, p. e92208, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92208. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92208>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SCHWARCZ, L. M. Bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil. Companhia das Letras. 2020.



SCHIMIDT, Steffanie. *Morrer sem oxigênio em Manaus, a tragédia que escancara a negligência política na pandemia*. ElPaís. 14 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-15/morrer-sem-oxigenio-em-uma-maca-em-manaua-a-tragedia-que-escancara-a-negligencia-politica-na-pandemia.html>.

SEABRA, V.; KARNOPP, E.; STEYER, M. R. O paradoxo do biopoder e a pandemia da covid-19 na amazônia: O caso de manaus. *Revista de Ciencia Política*, v. 59, 2021.

SHEPHERD, H.; MACKENDRICK, N.; MORA, G. C. Pandemic Politics: Political Worldviews and COVID-19 Beliefs and Practices in an Unsettled Time. *Socius*, v. 6, p. 2378023120972575, dez. 2020.

SILVA, A.; FERNANDES, B.; PEREIRA, C. Fontes jornalísticas em métodos de estudos de protestos. In: SZWAKO, J.; DOWBOR, T.; PEREIRA, C. (Orgs.). *Métodos em movimento*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022. p. 25-51.

SILVA, L. E. P. et al. Amazonas no epicentro da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática / Amazon at the epicenter of the COVID-19 pandemic: a systematic review. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 5, n. 3, p. 9270–9280, 11 maio 2022.

SILVA, R. G. da C. Pandemia e desigualdades socioespaciais no Brasil: o caso de Manaus, Amazônia. *Finisterra*, v. 55, n. 115, p. 61–68, 2020.

SILVA, S. C. P. DA et al. Boletim Atlas ODS Amazonas V.2 N.13 - Especial COVID-19. 30 jun. 2020a.

SILVA, S. C. P. DA et al. Boletim Atlas ODS Amazonas V.2 N.6 - Especial COVID-19. 18 maio 2020b.

SOUSA, Isaque dos Santos; SUSANE, Patrícia Melo de Lima; ANA Paulina Aguiar Soares. A densidade da população urbana no Amazonas e a difusão espacial do Novo Coronavírus: uma perspectiva geográfica: NOTA TÉCNICA COVID-19. Manaus: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, 27 abr. 2020.



SWIDLER, A. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, v. 51, n. 2, p. 273–286, 1986. DOI: 10.2307/2095521.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>. Acesso em: 19 abr. 2025.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: Pires, R., Lotta, G. O., & de Oliveira, E. *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. 2018. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3247>

TAVARES, M. M. Enredadas contra a fome: movimentos, pandemia e auxílio em dobro para mães solo. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e92206, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92206. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92206>. Acesso em: 23 jun. 2025.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político*, Petrópolis, Editora Vozes, 2009.

TEIXEIRA, J. F.; ANDRADE, L. M. DE; BRITO, V. R. DE. O colapso no sistema de saúde em Manaus (AM) durante a pandemia de Covid-19. *Cambiassu: Estudos em Comunicação*, p. 169–184, 29 dez. 2022.

TILLY, Charles. *Contentious Performances*. New York: Cambridge University Press, 2008.

VASCONCELOS, L. Índice de mortalidade da Covid-19 em Manaus já é maior do que em países mais afetados. *A Crítica*, Manaus, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/indice-de-mortalidade-da-covid-19-em-manaus-ja-e-maior-do-que-em-paises-mais-afetados-1.23232>. Acesso em: 10 mar. 2025.

VÁZQUEZ, Melina; COZACHCOW, Ariel. Entre las redes y las calles: organizaciones juveniles y acciones colectivas durante la pandemia (2020-2021). *Última Década*, v. 29, n. 57,



p. 159–196, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-22362021000300159>. Acesso em: 18 abril. 2025.

VENTURA, I. Há 10 anos, Manaus está entre as piores cidades em saneamento. Amazonas Atual, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/ha-10-anos-manaus-esta-entre-as-piores-cidades-em-saneamento/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

VIANA, Nildo. Social Movements and Urban Space. International Journal of Research in Geography (IJRG), v. 1, n. 2, 2015, p. 1-8. Disponível em: 1. Acesso em: 14 maio 2025.

VIEIRA, A. K. R. Atuação dos movimentos feministas durante a pandemia de Covid-19. Relatório de Pesquisa 7 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

VIEIRA, M. P. de A.; PEIXOTO, M. R. C.; KULCSAR, R.; KHOURY, Y. A. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 3, jan./dez. 1984.

VILARINS, L. “A rua é o ‘home’ e o ‘office’” – a luta solidária pelos catadores autônomos em tempos de pandemia. In: ABERS, R. N.; ALMEIDA, D. R. de; BÜLOW, M. von (Orgs.). A disputa pela democracia no Brasil: ativismos em contextos turbulentos. 1. ed. São Paulo: Editora UZOK, 2023. p. 273–302.

